INSTITUTO PEABIRU

Perfil Institucional

2ª versão

Outubro de 2021

Rua Ó de Almeida, 1083 | CEP: 66053-190 | Belém, Pará, Brasil
F +55 91 3222 6000 | peabiru@peabiru.org.br | www.peabiru.org.br

Equipes de projetos Instituto Peabiru. Imagens: Acervo Peabiru.

Créditos

Instituto Peabiru
Rua Ó de Almeida, 1083. Reduto Belém, Pará, Brasil. 66053 -190.
Telefone: 55 91 3222 6000. Email: peabiru@peabiru.org.br

Textos
João Meirelles Filho, Mariana Buoro e Mariana Faro.

Revisão
Claudio Melo, Flora Bittencourt, Hermógenes Sá, Maíra Parente, Manoel Potiguar, Mariana Buoro e Mariana Faro.

Imagens e ilustrações
Acervo Instituto Peabiru

Contatos gestores

Diretor Geral
João Meirelles – jmeirelles@peabiru.org.br

Diretor Executivo
Hermógenes Sá– hermogenes@peabiru.org.br

Tesoureira e Gerente Administrativo
Maira Parente – maira@peabiru.org.br

Gerente de Comunicação
Mariana Faro – comunica@peabiru.com.br

Gerentes de Projeto
Claudio Melo – claudio@peabiru.org.br
Flora Bittencourt – flora.bittencourt@gmail.com
Manoel Potiguar – manoel@peabiru.com.br
Mariana Buoro – mariana@peabiru.com.br

Este documento apresenta o perfil institucional do Instituto Peabiru, com atenção maior aos últimos dez anos de atividade da organização. Os relatórios anuais e demais documentos institucionais complementam esta apresentação e estão disponíveis no website da organização – peabiru.org.br/publicacoes/relatorios-anuais

Atualizado em 29 de outubro de 2021.

Sumário

I. Apresentação 5
II. Territórios prioritários 8
III. Principais ações por eixos prioritários 10
1. Cadeias de Valor Amazônicas 10
2. Proteção Social 18
3. Apoio à Gestão Socioambiental de Empresas 24
4. Conservação da Biodiversidade 30
5. Outras ações 36
IV. Parcerias, recursos e redes 38
V. Governança e demonstrativos financeiros 40
VI. A abordagem do Instituto Peabiru 43

I. Apresentação

O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com a missão de ***facilitar processos territoriais por uma Amazônia com direitos***. Sua atenção especial é para o estado do Pará e, em particular para as regiões do Marajó, Região Metropolitana de Belém e o Nordeste Paraense como um todo. Em junho de 2020, completou 22 anos e possui sede em Belém, Pará.

A nova missão do Peabiru busca sintetizar o histórico de experiências e o horizonte de atuação da organização no apoio a processos de fortalecimento social com base em uma perspectiva dos territórios, seu reconhecimento social e cultural. Parte da articulação entre diversos atores, especialmente considerando protagonismo dos povos e comunidades tradicionais na tomada de decisões e orienta-se pela garantia e acesso pleno a direitos sociais, humanos e ambientais. Como organização da sociedade civil atua como parte de um sistema de garantia de direitos transversal, contribuindo para formulação de políticas e no controle de ações do poder público.

O trabalho do Peabiru se desenvolve na facilitação de processos de fortalecimento da organização social de povos e comunidades tradicionais, extrativistas e agricultores familiares da Amazônia e com a valorização de sua sociobiodiversidade, para que sejam protagonistas de sua realidade, reivindicando de forma autônoma seus direitos na interlocução com diferentes atores nos territórios.

A missão do Peabiru se realiza através de quatro eixos de atuação. Como balizadores de temas prioritários, ações e projetos, esses eixos não raro se entrelaçam na prática territorial, uma vez que cada um deles se apresenta como ferramenta organizadora da ação, lentes para apreensão e atuação na realidade complexa.

Vista aérea da região do Acará, PA.
Foto: Instituto Peabiru

II. Territórios prioritários

O Instituto Peabiru atua na Amazônia Brasileira, priorizando a Amazônia Oriental e, em particular, o estado do Pará. No Pará, trabalha especialmente no Marajó, no Nordeste Paraense e na Região Metropolitana de Belém. Segundo o critério de Áreas de Endemismo, a atenção é para a Área de Endemismo de Belém (Nordeste Paraense e a Amazônia Maranhense), a região mais devastada e pressionada da Amazônia. Além disto, estamos abertos a levar as nossas tecnologias sociais a outros territórios no Brasil e no exterior, especialmente no bioma Amazônia.

Marajó

O Instituto Peabiru atua no Marajó desde 2009, quando foi convidado por representantes de grupos sociais de comunidades tradicionais da região. Trata-se de uma das regiões mais excluídas do Brasil, onde estão quatro dos dez municípios com os mais baixos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os cerca de seis mil municípios brasileiros. A maior parte do Marajó apresenta significativa ausência de infraestrutura (transporte, água, saneamento, energia, educação, saúde etc.) e alta insegurança fundiária. Nossa atenção especial é para os municípios de Curralinho, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras, especialmente para quilombolas em Salvaterra e ribeirinhos em Curralinho.

Nordeste do Pará

Nesta região, o Peabiru atua desde 2006 em duas sub-regiões: na Zona Costeira – região do Salgado e região Bragantina, especialmente Curuçá, Marapanim (Marudá), Bragança, Tracuateaua e Augusto Corrêa –; e na Zona Interior, principalmente em Abaetetuba, Acará, Barcarena, Mojú e Tailândia. No litoral, as problemáticas referem-se à proteção de manguezais e ecossistemas associados e à pesca, especialmente diante de mudanças climáticas e aumento do nível do mar. No interior, nos dedicamos aos núcleos urbanos, à agricultura familiar e quilombolas e suas relações com a cadeia de valor da palma, mineração e infraestrutura.

Região Metropolitana de Belém

Desde 2004, o Instituto Peabiru atua na Região Metropolitana de Belém (municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara e Santa Isabel), em diferentes agendas, urbanas e rurais. Destaque para direitos básicos e assistência técnica a populações ribeirinhas e das ilhas. Atuamos, igualmente, em bairros pouco atendidos pelos serviços públicos em Belém.

Outros territórios

O Peabiru trabalha, ainda, no Amapá (Macapá e Oiapoque), no Médio Amazonas (Almeirim e Monte Alegre) e na região de Imperatriz, no Maranhão.

Pescador na região costeira, um dos temas do projeto Casa da Virada, Curuçá, PA.
Foto: Rafael Araújo.

III. Principais ações por eixo prioritário

1. Cadeias de Valor Amazônicas e tecnologias sociais

1.1. Em andamento

Programa Abelhas da Amazônia (2007 – atual)

Trata-se do programa mais antigo da instituição, que recebeu diferentes nomes e alcança o formato atual. Este Programa, em operação desde 2007, passou por diferentes períodos de aprendizado e estruturação até se tornar em uma das maiores iniciativas no Brasil dedicadas à criação de abelhas sem ferrão (meliponicultura) e divulgação de sua importância para a conservação da biodiversidade e para os serviços ambientais da polinização. Seus principais méritos referem-se a apresentar uma opção complementar de renda familiar sustentável (e com impactos de gênero, uma vez que o cuidado com essas abelhas se prova compatível com as atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres), baseada na biodiversidade brasileira.

Graças ao apoio do BNDES (Fundo Amazônia) alcançamos diversos avanços na organização da cadeia de valor, naquele momento o programa se denominava Néctar da Amazônia. E, aos esforços do Peabiru junto à SEMAS-PA e SEMA-AP, foi possível alcançar a plena legalização da meliponicultura. Assim, os produtores estão registrados no Sisfauna, do IBAMA, geridos pelas secretarias estaduais de meio ambiente; e o produto “mel de abelha sem ferrão” recebeu o registro no Ministério da Agricultura, através do SIF (Selo de Inspeção Federal), necessário a produtos de origem animal a partir de diversos aprendizados e adaptações ao processo de coleta, transporte e envase.

Atualmente, participam do Programa mais de cento e vinte produtores de vinte comunidades rurais de oito municípios no Pará e Amapá, além de outras comunidades parceiras no Amazonas. Esta atividade é considerada não apenas uma oportunidade complementar de emprego e renda, especialmente a mulheres e jovens, a partir de um recurso da biodiversidade local, como tem impacto positivo na diminuição de queimadas, controle de desmatamento, poluição da água e disposição do lixo. Além da questão econômica e ambiental, é fundamental aumentar a capacidade das comunidades locais de reclamar

seus direitos básicos, como a demarcação de territórios quilombolas, e negociar em termos justos as compensatórias ambientais de grandes obras.

A forte expansão do agronegócio e a implementação de grandes obras na região exigem um posicionamento e maior participação destes povos e comunidades nas tomadas de decisão sobre os impactos desses empreendimentos. São apoiadores atuais o Instituto GPA, o Instituto Clima e Sociedade (ICS) e a Bauducco. Nos últimos anos contamos com importante apoio do BNDES (Fundo Amazônia) e da Fundação Banco do Brasil.

Produção de mel em Almeirim, PA, uma das 20 comunidades parceiras da Peabiru Produtos da Floresta. Foto: Rafael Araújo.

Programa Ativa Florestal – Empreendedorismo de produtos agroalimentares da sociobiodiversidade (2018 – atual)

A partir da necessidade de colocar no mercado o mel de abelhas sem ferrão de maneira formalizada, o Instituto Peabiru criou em 2017 a empresa Peabiru Produtos da Floresta Ltda. Esta empresa já colocou no mercado a primeira tonelada de mel de abelhas sem ferrão (melíponas) de maneira legalizada no Brasil e prepara o processamento da segunda safra, com cerca de uma tonelada e meia do produto. Com o apoio do Grupo GPA (Rede Assaí e Instituto GPA) foi possível abrir um ponto de vendas e showroom em Belém (chamada de Lojinha do Peabiru) e investir no desenvolvimento de outras cadeias de valor. No momento, o Peabiru se prepara para o lançamento de uma linha de farinha-de-mandioca e outra de chocolate. Essas ações, sempre em parceria com grupos de produtores tradicionais (no caso da farinha, com produtores da região bragantina e no do chocolate, com pequenos produtores de Acará e das Ilhas de Belém), visam resolver conjuntamente gargalos que estes grupos produtivos têm grande dificuldade em superar.

Mel de Abelhas sem ferrão da Peabiru Produtos da Floresta.
Foto: Fred Ferreira.

Programa Luz para uma Vida Melhor (2019 – atual)

Esta é uma parceria com o Instituto IDEAAS, organização com sede no Rio Grande do Sul e pioneira no Brasil na questão de exclusão energética a populações excluídas. A ação visa a mitigação da exclusão energética a que estão sujeitas mais de dez mil famílias ribeirinhas do entorno de Belém, que têm acesso precário à água de qualidade e inexistência de serviços de saneamento. A iniciativa visa a instalação de sistemas descentralizados de energia solar para uso residencial (iluminação, televisão, geladeira e batedeira de açaí), e promover um arranjo produtivo local para escalabilidade do acesso à tecnologia. A primeira ação, em parceria com o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB, instalou vinte e três sistemas (o kit de energia *Bakana Solar*) no rio Jamaci, Ilha de Paquetá, Belém, e capacitou onze associadas e associados do movimento moradores das ilhas para atuarem com instalação e manutenção dos kits. Estuda-se também um projeto em Ponta de Pedras, Marajó.

Casa ribeirinha na Ilha de Paquetá (PA), iluminada por placa de energia solar do Luz para uma vida melhor. Foto: Mariana Buoro/Instituto Peabiru.

1.2. Ações realizadas nos últimos anos que mereceram destaque

Assistência técnica e extensão rural no Marajó (2013 – 2016)

Como vencedor do edital público do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), o Peabiru forneceu Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a cinco Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), atendendo mais de oitocentos e quarenta famílias de ribeirinhos dos municípios marajoaras de Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras. Observe-se que estas famílias são acessíveis apenas por embarcação, habitando em áreas alagadas e foi a primeira vez que receberam assistência técnica rural.

Assistência Técnica e Extensão Rural a Projetos de Assentamentos Agroextrativistas em Belém e Ananindeua (2015 – 2016)

Como vencedor de edital do INCRA, o Peabiru assistiu mil e cem famílias de seis assentamentos agroextrativistas dos municípios Belém e Ananindeua, nas regiões das ilhas. Entre estas estavam as Ilhas do Combú e Murucutu.

Reunião com comunidade no Marajó, PA, parte das ações do projeto Viva Pesca.
Foto: Instituto Peabiru.

Programa Marajó (2010 – atual)

Aqui apresentamos iniciativas realizadas no Marajó que incluem cadeias de valor, conservação e outras atividades.

Escuta Marajó (2010)
No Marajó, com o apoio do Fundo Vale, o Instituto Peabiru realizou o Programa Viva Marajó entre 2009 e 2012, iniciado com um amplo estudo – *Escuta Marajó (Diagnóstico Socioeconômico do Marajó)*. Este envolveu mais de vinte e cinco pesquisadores, que ouviram o marajoara em seus diferentes contextos, comparando as políticas públicas e a situação local, e promovendo debate público nos dezesseis municípios do Marajó. Este Diagnóstico permitiu identificar as principais questões socioeconômicas, as parcerias estratégicas e os eixos de ação e orientar as ações do Peabiru até o presente.

Estudos de Cadeias prioritárias do Marajó (2010 – 2011)
Igualmente como parte do Viva Marajó, e em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi, foram realizados estudos sobre as quatro principais cadeias de valor apontadas no Plano Marajó (do Governo Federal) – açaí, pecuária bovina, farinha-de-mandioca e pesca artesanal. Os estudos envolveram vinte e três pesquisadores e produziram diversos relatórios e documentos. São base para a ação do Peabiru no território.

Estudo de Cadeia de Valor da Sociobiodiversidade (2011)
Como parte da política pública brasileira de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente, e financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Peabiru contribuiu para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) da andiroba e do açaí no Marajó, ao elaborar, de forma participativa, o desenho da cadeia de valor destes produtos. Este estudo envolveu diversos elos da cadeia, do peconheiro (apanhador de açaí) à Vigilância Sanitária e empresas do setor.

Diagnóstico sobre trabalho seguro no Açaí (2014)
Em parceria com a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (FUNDACENTRO), órgão do governo federal que regulamenta as questões de saúde segurança do trabalhador, e financiamento e colaboração do Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Regional do

Trabalho do Pará e Amapá (TRT-08), realizamos um diagnóstico - inédito a nível mundial - sobre as condições de trabalho dos extrativistas na cadeia de valor do açaí. Este mostrou o trabalho precário na coleta do fruto que hoje envolve mais de cento e quarenta mil famílias de extrativistas e agricultores familiares e aponta a necessidade de avaliar o trabalho infantil na cadeia.

Atividade comunitário com moradores de Curralinho, no Marajó, PA, projeto Viva Pesca.
Foto: Instituto Peabiru.

Apoio à meliponicultura no Marajó (2017 – 2019)

Em 2017, com o apoio da Fundação Banco do Brasil e em parceria com a Cooperativa Sementes Marajó e a Embrapa, o Peabiru expandiu o seu Programa de Abelhas da Amazônia para o município de Curralinho, visando apresentar a meliponicultura como complemento de renda ao açaí. O projeto logrou consolidar a meliponicultura neste território, alcançando diferentes grupos sociais.

Embarca Marajó (2015 – 2017)
Sob a coordenação do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e, em parceria com o Instituto Vitória Régia, e apoiados pelo Fundo Socioambiental Caixa, foi possível avançar no fortalecimento de grupos produtores das cadeias de valor do açaí, do camarão regional e da andiroba no Marajó, através de encontros em formato de intercâmbio com troca de experiências em boas práticas locais. Nesse sentido, dois polos locais serviram de base para as cadeias, o rio Canaticu, em Curralinho (onde há acordos de pesca comunitários e a Cooperativa Sementes do Marajó, que negocia açaí no mercado formal, e a Coopemaflima, na Vila de Joanes, Salvaterra, que tem larga experiência na comercialização formal de óleos vegetais com empresas.

1.3 Outras atividades e territórios

Projeto Almeirim Sustentável (2011 – 2014)

O projeto realizou treinamentos, intercâmbios, inventários turísticos e da culinária local, entre outras ações. Importante considerar que o Peabiru entende o ecoturismo como ferramenta de fortalecimento das capacidades humanas e da organização social local. Em parceria com o Instituto Floresta Tropical, e financiamento do Fundo Vale, este projeto atuou em duas frentes: levar a criação de abelhas sem ferrão para Almeirim e Monte Alegre, atividades que seguem até o momento, e fortalecer o ecoturismo de Base comunitária, especialmente no entorno do Parque Estadual Monte Alegre.

2. Proteção Social

2.1. Em andamento

Selo UNICEF (2013 – atual)

Em 2013, o Instituto Peabiru iniciou a execução do projeto Selo UNICEF em parceria com a coordenação regional do UNICEF para a Amazônia, através de um intenso trabalho de mobilização social com foco na gestão por resultados, na melhoria de indicadores sociais voltados para as crianças e adolescentes, em 611 municípios nos nove estados da Amazônia Legal. Nesta edição, 194 municípios conseguiram ser reconhecidos pelo esforço e pela melhoria da qualidade de vida das suas crianças e adolescentes, colocando-as como prioridade em suas agendas políticas.

Em 2017, o Instituto Peabiru iniciou o trabalho na 2º edição do Selo UNICEF com a participação de 644 municípios nos nove estados da Amazônia Legal. A etapa iniciada em 2017 seguirá até o fim do segundo semestre de 2020 e possui forte impacto em indicadores sociais na região, tais como a taxa de abandono fundamental, mortalidade infantil, % de óbitos infantis investigados, entre outros. Vários processos e etapas como formações das equipes técnicas municipais e estaduais, articulações com a sociedade civil organizada e mobilização dos adolescentes, são eixos trabalhados durante os 4 anos de vigência do projeto, com o Peabiru sendo o principal parceiro implementador, atuando junto com o UNICEF. Por suas dimensões, o projeto possui uma estrutura própria e meios de comunicação específicos, e mais informações podem ser encontradas no site www.selounicef.org.br. Os resultados dos municípios que efetivamente participaram do Selo UNICEF são significativos.

Jovens participante do Fórum Comunitário realizado pelo Selo Unicef.
Foto: Selo Unicef/Instituto Peabiru.

Em virtude da boa avaliação sobre os resultados dessa cooperação com o UNICEF, que hoje é o maior programa da agência da ONU no Brasil, o Peabiru também foi convidado para executar outros projetos entre os quais, os três projetos apresentados na sequência.

Em função da crise do Coronavírus, a UNICEF está acionando o Peabiru para contribuir em uma ação voltada ao público infantil e juvenil, no momento em construção.

Apoio a Grupos Vulneráveis na COVID-19 (2020 – atual)

O Instituto Peabiru adotou uma série de medidas de enfrentamento à pandemia do coronavírus, atuando em: Campanhas, trabalhando direto junto a organizações sociais de base em territórios amazônicos para doações e apoio emergencial através de campanhas de arrecadação. Destaque para a campanha Apoio às comunidades quilombolas no Pará, que junto à Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará - MALUNGU e à Equipe de Conservação da Amazônia -

ECAM, arrecadou mais de 15mil reais convertidos em doações de cestas básicas e kits de higiene para mais de 200 famílias em três municípios do estado do Pará.

Prevenção, realizando ações de prevenção e conscientização sobre a COVID-19 direcionadas às populações nas áreas de atuação em parceria com organizações do terceiro setor e iniciativa privada. Destaque para a campanha de prevenção #JuntosContraoCorona realizada com a Suzano Papel e Celulose, em parceria com organizações locais, que doou cestas básicas, apoiou a produção de máscaras de proteção e produziu conteúdo de comunicação popular sobre a COVID-19 voltados ao bairro da Sacramenta, em Belém (PA).

Informação, produzindo material técnico e conteúdo informativo sobre impacto da pandemia de Covid-19 nos territórios amazônicos. Destaca-se especialmente a produção de artigos sobre impactos da pandemia sobre a cadeia produtiva do açaí e as populações tradicionais que obtém parte considerável de sua renda a partir do fruto.

Doações da campanha de apoio a comunidades quilombolas no Marajó na pandemia de COVID-19. Foto: Malungu.

Apoio ao Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (2004 – atual)

Desde que, em 2004, o Peabiru realizou diagnóstico e avaliação dos meios de vida do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), da Ilha de Cotijuba (Belém), além de outras associações, e suas relações com a empresa Natura Cosméticos, financiado pela empresa, iniciou-se um compromisso de longo prazo com o MMIB, que já dura dezesseis anos. Das diferentes ações em parceria destacam-se: 1) em 2006, discussão de questões de gênero, com apoio da Natura; em 2007, capacitação em turismo de base comunitária (recursos próprios); em 2009, implementação da Escola Ribeirinha de Negócios (capacitação na produção de artesanato), que recebeu um reforço em 2015, com o apoio do Instituto Renner, sob o nome de Escola Cotijuba de Negócios; também em 2009, o projeto Guia-me Belém, com a implantação de centro de inclusão digital e preparação de aplicativo para o Fórum Social Mundial (apoio do Instituto Oi Futuro); em 2014, recebemos apoio da Philips em parceria com o IDEAAS, para a instalação de energia solar em campinho comunitário, em parceria com MMIB e o Grêmio, time de futebol local.

Articulação local a partir de recursos doados pelo Instituto Clima e Sociedade ao MMIB por intermédio do Peabiru na pandemia de COVID-19, Cotijuba, Belém, PA. Foto: MMIB.

Monitoramento da situação quilombola no Marajó (2012 – atual)

Em função da invasão de territórios tradicionais por arrozeiros e grileiros, o Peabiru, com recursos próprios, vem acompanhando a situação fundiária de dezoito territórios quilombolas de Salvaterra e Cachoeira do Arari, participando de audiências do Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Pará, mobilizando opinião pública e imprensa, e cobrando poder público, sempre em parceria com outros atores (Igreja Católica, movimento social).

2.2. Ações realizadas nos últimos anos que mereceram destaque

Fortalecimento de organizações sociais no Marajó (2010 – 2016)

Entre 2010 e 2012, como parte do Programa Viva Marajó, apoiamos ações do Colegiado Territorial do Marajó (CODETEM), como quatro grandes encontros (que resultaram em Cartas do Marajó sobre educação, saúde, regularização fundiária, saneamento etc.), eventos e reuniões temáticas. Entre 2016 e 2017, como parte do Embarca Marajó, apoiamos o fortalecimento institucional da associação Lupa Marajó e da Cooperativa Sementes do Marajó, ambos de Curralinho.

Dia do Marajó (2010 – 2012)

Realização do “Dia do Marajó”, série de vinte encontros no Sesc Ver-o-Peso, em parceria com o SESC-PA, Belém, para discutir sobre o território sobre diferentes temáticas.

Documentário Viva Marajó (2011)

Em parceria com a Lauper Films e financiamento da Vale e Fundo Vale, foi realizado o documentário de média metragem “Expedição Viva Marajó”, para a valorização e proteção da cultura marajoara. Este foi exibido em praça pública nos dezesseis municípios do Marajó e em Belém, além de participar de festivais e mostras no Brasil e no exterior.

Documentário Mulher Marajó (2016)

Como parte do projeto Embarca Marajó, financiado pelo Fundo Caixa, o Peabiru produziu o documentário “Marajó Mulher”, iniciativa e direção da Associação Dalcídio Jurandir, de Ponta de Pedras. O filme de média metragem trata da questão feminina marajoara. O filme foi exibido em praça pública, como parte do 1º Festival de Cinema do Marajó, em seis municípios do Marajó e em Belém.

2.2.1 Em parceria com a Unicef

Plataforma dos Centros Urbanos / Viva Melhor Sabendo Jovem (2014 – 2016)

Em 2014 o Instituto Peabiru inicia a execução do projeto do UNICEF, Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) e em 2015 renova o projeto com a ampliação para o Viva Melhor Sabendo Jovem cujo tema em 2016 foi a atenção a doenças sexualmente transmissíveis. A Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) trabalhou temas com adolescentes e jovens de Belém, como a cultura de paz, educomunicação, controle social, prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas e a luta contra o mosquito Aedes aegypti – transmissor da dengue, da zika e da chikungunya. Os jovens também desenvolveram atividades de mobilização para testagem de HIV/Aids, sífilis e hepatites virais em escolas, praças e locais de grande trânsito de pessoas.

Apoio na II Mostra Internacional de Semana do Bebê em Belém (PA) (2014)

Em novembro de 2015, Belém (PA) se tornou capital brasileira da garantia dos direitos e das políticas públicas para crianças de 0 a seis anos, recebendo a II Mostra Internacional da Semana do Bebê, a III Semana do Bebê do Pará e a II Semana do Bebê de Belém. O Peabiru atuou na logística e mobilização dos convidados, que contaram com uma programação unificada e participaram cerca de 500 pessoas entre profissionais das áreas de Saúde, Assistência, Educação, prefeitos e demais gestores e técnicos de áreas envolvidas com a garantia de direitos de bebês e crianças.

Projeto Adolescentes em Movimento pelos Direitos (2016)

Pesquisa coordenada pelo INESC-Instituto de Estudos Socioeconômicos para a qualidade da educação no ensino médio, com a participação do Instituto Peabiru e do Instituto Chapada (da região da Chapada Diamantina, da Bahia), e com financiamento do UNICEF.

3. Apoio à Gestão Socioambiental de Empresas

3.1. Em andamento

Agenda 2030 da Vila dos Palmares, Tailândia, PA (2018 – atual)

Em parceria com a Agropalma, o Instituto iniciou uma ação de cinco anos (2018 – 2023), visando alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Vila dos Palmares, distrito de Tailândia. No momento, esta iniciativa se dedica a fortalecer grupos sociais e suas ações em temáticas elencadas em Oficinas Participativas e alinhadas aos ODS, como educação, alimentação segura, lazer e solidariedade.

Atividade com moradores da Vila dos Palmares em Tailândia (PA).
Foto: Instituto Peabiru.

Desenvolvimento Local de comunidades na enseada do Malato - Ponta de Pedras, PA (2019 – atual)

O Instituto Peabiru, com o apoio do Instituto Louis Dreyfus e da empresa Louis Dreyfus Company, realiza diagnósticos e ações de desenvolvimento local nas cadeias de valor do açaí e da pesca em comunidades rurais tradicionais na vizinhança da enseada do Malato, em Ponta de Pedras. Envolvendo cento e dezenove famílias nos rios Urinduba e Araraiana, as ações buscam o fortalecimento das capacidades de negociação e produtiva dos grupos daqueles rios, com especial interesse na busca de protagonismo de mulheres e jovens. Além disso, também se realizam pesquisas em parceria com pesquisadores da UFRA a fim de se compreender a dinâmica pesqueira das comunidades na região.

Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) (2019 – atual)

Iniciativa que reúne e engaja o setor privado na promoção de contribuições para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade da Amazônia. Atualmente divide-se em quatro grupos temáticos, coordenados por três organizações da sociedade civil – IDESAM, ECAM e Peabiru – e conta com financiamento majoritário da USAID e apoio do CIAT. O envolvimento do Peabiru se dá principalmente na facilitação de frentes pensadas no Pará a partir de outubro de 2018 - fomento a cadeias de valor amazônicas; e promoção de desenvolvimento territorial inclusivo - que vem reunindo cada vez mais empresas e outras organizações.

Projeto Ativa Barcarena (2018 – atual)

Com uma primeira etapa realizada entre maio de 2018 e dezembro de 2019, o Projeto Ativa Barcarena buscou contribuir para mapear as redes de produtores rurais de Barcarena, trabalhando em conjunto com as famílias produtoras e levando informações e orientação técnica para o desenvolvimento do potencial agrícola das comunidades. Realizado pela Hydro e executado pelo Instituto Peabiru, o projeto contou com o apoio científico da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) na realização de pesquisas de fertilidade do solo. O projeto foi composto por três eixos: Pesquisa, Planejamento territorial e Orientação técnica. Atuou a partir de recursos importantes no território, como as culturas da agricultura familiar, com a coordenação dos atores locais, como base para valorização da produção e de sua origem.

Em sua nova fase o objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento, sustentável e resiliente, de um sistema agroalimentar localizado (SIAL), a partir

do fortalecimento da agricultura familiar, da organização de rede de atores socioprodutivos e da promoção de produtos com identidade local em Barcarena. Em 2020, o projeto lançou edital para selecionar agricultores e agricultoras familiares para receberem assistência técnica rural gratuita durante um ano, como parte das atividades de desenvolvimento do sistema agroalimentar.

Atividade de pesquisa de solo do projeto Ativa Barcarena desenvolvido com agricultores familiares do município de Barcarena, PA. Foto: Instituto Peabiru.

Sacramenta Socioambiental (2020 – atual)

A partir de diagnóstico do relacionamento da Suzano Papel e Celulose e suas vizinhanças, no Bairro da Sacramenta (onde vivem cinquenta mil pessoas), em Belém, preparado em 2018, o Instituto Peabiru realiza ações de fortalecimento organizativo de grupos culturais, associações de bairro, grupos religiosos com trabalhos sociais etc, na busca de uma melhor relação da empresa Suzano S/A (que adquiriu a Facepa) com seus vizinhos.

Diante da pandemia de COVID-19, foi adicionada uma nova fase ao projeto com três componentes: Comunicação popular, auxílio social e assistência à saúde. Executados entre os meses de maio e julho de 2020 as ações parte destes componentes tiveram como foco a prevenção à COVID-19 na

Sacramenta. Foi realizada campanha de prevenção ao coronavírus abordando de forma simples e direta os cuidados necessários, através de diferentes linguagens como teatro, teatro de bonecos e conteúdo para redes sociais. Além da campanha de comunicação, o projeto também conduziu articulação com organizações sociais locais, promovendo ações em apoio às comunidades vizinhas na prevenção e assistência durante a pandemia, com doações de cestas básicas, instalação de pias públicas no bairro para higienização das mãos e apoio a costureiras do bairro, na produção de mais de 7.000 máscaras doadas no bairro e em áreas de atuação da Suzano nas regiões norte e nordeste.

3.2. Ações realizadas nos últimos anos que mereceram destaque

3.2.1. Ações socioambientais na cadeia de valor da palma

Parceria com Agropalma

Desde 2007, a Agropalma e o Instituto Peabiru construíram uma relação de parceria em prol da melhoria da qualidade de vida de populações do entorno da Agropalma em Tailândia e Mojú, tanto da Vila dos Palmares como de agricultores familiares que possuem uma relação comercial com a empresa. No primeiro ciclo, até 2014, destacaram-se: a) Indicadores de sustentabilidade – com o monitoramento participativo da qualidade de vida de cento e cinquenta agricultores familiares, influenciando a vida de mais de mil pessoas nos assentamentos estaduais de Arauaí I, II e III, em Mojú. b) Políticas Públicas para a Vila de Palmares – a partir da metodologia da Agenda 21 e a construção do Plano de Desenvolvimento. O Peabiru apoiou a Associação de Moradores de Palmares, no monitoramento das políticas públicas para o núcleo urbano, com mais de dez mil habitantes e grandes carências de serviços públicos.

3.2.2. Outras ações

Realização do Marco Zero Territorial das ilhas de Abaetetuba (2018 – 2019)

O Instituto Peabiru realizou para Cargill um marco zero territorial das comunidades das ilhas de Abaetetuba, onde a empresa pretende instalar um Terminal de Uso privativo - TUP. Esse Marco Zero Territorial de Abaetetuba buscou mapear as redes de relação social nas quais estão inseridos os grupos produtivos das Ilhas do município, bem como apontar oportunidades e desafios para o desenvolvimento local dessas comunidades.

Além disto, o Instituto Peabiru, desde seu nascimento, atua em parceria com empresas em prol da sustentabilidade e do fortalecimento dos grupos sociais locais. Em 2008, apoiou a Petrobras na implementação da Agenda 21 Local em cinco bairros de Belém, no entorno do Terminal do Miramar (Barreiro, Paraíso dos Pássaros, Parque Verde, Promorar e Providência). Em 2011 capacitamos as organizações sociais locais através da Escola Juruti de Sustentabilidade, em Juruti, para a Alcoa e Fundação Alcoa. Realizamos diferentes diagnósticos socioambientais, com destaque para:

- Entre 2005 e 2010 realizamos diferentes diagnósticos socioambientais e ações relacionadas à cadeia de valor do açaí, para a Sambazon, no Amapá e Marajó;

- Para a Petrobras Biocombustível na questão da palma, realizamos um conjunto de estudos sobre o meio físico, biótico, arqueologia e questão social para construir indicadores socioambientais, compondo um retrato (marco zero) da chegada da empresa no município de Tailândia, em particular nas comunidades vizinhas às 10 fazendas associadas à empresa.

- Em 2011, no entorno de empreendimentos da Amata (Paragominas e Castanhal);

- Em 2012, para a Fundação Vale e a Vale, estudo sobre os vendedores de comida ao longo da Estrada de Ferro Carajás – as bandequeiras –, em comunidades do Maranhão e Pará, uma vez que os trens passariam a ser fechados sem a possibilidade de contato com os vendedores;

- Em 2013, diagnóstico do meio físico, biótico e social do entorno da Fazenda Maísa, em Mojú, para a Biofílica;

- Em 2015 para comunidades no entorno das áreas da Dow Corning (Breu Branco e São Geraldo do Araguaia), em parceria com a GS Consultoria; d.

- Em 2016, diagnóstico das áreas de preservação permanente e reserva legal da Suzano Papel e Celulose, na região de Imperatriz, Maranhão;

- Em 2017, avaliação dos bairros do entorno do Aterro Sanitário Metropolitano, em Marituba, para a Guamá, do Grupo Solvi;

- Em 2018, avaliação de propriedades e da Suzano Papel e Celulose em diferentes municípios no Sul da Bahia;

- Em 2018, realizado trabalho de revisão do EIA/RIMA da Cargill, momento em que o Peabiru conduziu a chamada a grupo de especialistas de universidades paraenses para avaliação do documento com sugestões de correção e adaptação, que foram, em sua maioria, seguidos pela empresa;

- Em 2017, para a Biopalma, realizamos diagnóstico do potencial de fornecimento de produtos da agricultura familiar dos quilombos Amarqualta, em Acará, para a empresa ou seus funcionários; e foram feitas visitas preliminares a assentamento vizinho à Denpasa, em Santa Bárbara.

Capacitação em informática para jovens do projeto Indicadores biossociais, em 2013, em parceria com empresa Agropalma. Foto: Instituto Peabiru.

4. Conservação da Biodiversidade

4.1. Em andamento

Programa ProGoeldi (2015 – atual)

Durante cinco anos, entre julho de 2015 e julho de 2020, o Instituto Peabiru contribuiu para a revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Emilio Goeldi, em Belém. Pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, o Museu Goeldi é a mais antiga instituição pública de pesquisa da Amazônia, e um dos mais antigos órgãos públicos de pesquisa do Brasil. Diferentes campanhas e iniciativas foram realizadas, como o apoio de atores públicos e privados e da sociedade em geral para a conservação do Parque Zoobotânico do Museu. Numa primeira etapa, o objetivo era comemorar os 150 anos do Museu em outubro de 2016, com pintura de muros e fachadas, reabertura da livraria, reforma de pequenos espaços etc. Numa segunda etapa, investiu-se na nova identidade do Museu, sinalização, reabertura do aquário, fechado há 15 anos, entre outras ações. O Programa contou com apoio de diferentes financiadores, em especial o Grupo Equatorial (Celpa), Bndes (Programa Benfeitoria), Akzo Nobel (Tintas Coral), Banpará, Banco da Amazônia, Imerys Caulim, Governo do Estado do Pará (SUSIPE, PROPAZ), entre outros. No segundo ciclo de cooperação, de cinco anos (até 2025) a proposta é ampliar o escopo de trabalho, incluindo outras áreas de colaboração, como formação, pesquisa científica, acervo, Estação Científica de Caxiuanã (no Marajó) e alguns territórios prioritários, como o Marajó e Gurupi.

ProGoeldi: Campanhas e iniciativas realizadas, com o apoio de atores públicos, privados e da sociedade em gera, para a conservação do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi. Foto: Progoeldi.

Mangues da Amazônia (maio de 2020 – atual)

O Peabiru firmou contrato em 31 de maio de 2020 a partir de projeto selecionado pelo edital Petrobras Socioambiental, previsto para atuar até dezembro de 2022. O projeto Mangues da Amazônia visa apoiar a conservação de manguezais em três municípios da Zona Bragantina, em parceria com a Universidade Federal do Pará, Polo Bragança. Atualmente em fase de contratação o "Mangues da Amazônia" tem por finalidade a recuperação e conservação de manguezais em Reservas Marinhas (RESEX Mar) localizadas na costa nordeste do Estado do Pará. O projeto atuará na RESEX Mar Araí-Peroba, em Augusto Corrêa; RESEX Mar Caeté Taperaçu, em Bragança e na RESEX Mar Tracuateua, em Tracuateua. O Instituto Peabiru é o proponente do projeto e conta com parceria do Laboratório de Ecologia de Manguezal (LAMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O LAMA faz parte do Instituto de Estudos Costeiros (IECOS) da UFPA – Campus de Bragança e desenvolve projetos junto ao Peabiru na região bragantina.

4.2. Ações realizadas nos últimos anos que mereceram destaque

Programa Casa da Virada (2006 – 2009 e 2012 – 2015)

O Casa da Virada recebeu financiamento do edital público Petrobras Socioambiental e foi executado em parceria com o Museu Goeldi e organizações locais. Sua execução se deu em duas fases: 2006 a 2009 (Casa da Virada) e 2012 a 2015 (Casa da Virada – Mata Amazônica Atlântica), a partir da descoberta de novo ecossistema na Amazônia, a Mata Amazônica Atlântica. O programa foi realizado no município de Curuçá, na Reserva Extrativista Marinha (Resex) Mãe Grande de Curuçá, nos eixos:

a) **Conservação ambiental e arqueológica**: subsidiou a tomada de decisão sobre a conservação da biodiversidade, o manejo de recursos naturais e a proteção ao patrimônio arqueológico. Entre os resultados estão: a classificação do novo tipo de formação florestal com espécies botânicas ameaçadas de extinção – a Floresta Amazônica Atlântica, ainda sem proteção pública; a descoberta de sítios arqueológicos, atualmente desprotegidos; a confirmação da presença das cinco espécies de tartarugas marinhas na região, além de espécies de quelônios de água doce; a demonstração da alta biodiversidade de insetos, peixes, aves (inclusive aves migratórias) e outros grupos faunísticos estudados; e a discussão com grupos sociais sobre o alto comprometimento dos cursos d'água pelo desmatamento das matas ciliares.

Araracanga, Mata Amazônica Atlântica, Ilha de Ipomonga, Curuçá, PA. Ecossistema identificado pelo Museu Goeldi, como parte do projeto Casa da Virada, apoiado pela Petrobras Socioambiental.
Foto: Dário Amaral, Museu Goeldi.

b) Educação ambiental: ampliação do conhecimento de professores e alunos da rede pública, além de usuários da Resex; com a capacitação de 400 alunos e 100 professores; e

c) Agenda 21 Local: no município, mais de setenta comunidades, além do núcleo urbano da sede, participaram do processo de construção da Agenda 21 Local.

Atividade com os jovens parte do projeto Casa da Virada, apoiado pela Petrobras Socioambiental. Foto: Rafael Araújo.

Iniciativas de educação ambiental (2009 – 2016)

O Peabiru realizou diferentes iniciativas de educação ambiental – o Criança Esperança (Rede Globo e Unesco) apoiou o Casa da Virada em 2009; e, em 2014, o projeto Meu Mangue. Este último trabalhou com mais de 100 jovens como Agentes Ambientais e 85 professores como multiplicadores no município de Curuçá. Em 2015 e 2016, a ação foi no Rio Canaticu, em Curralinho, no realizou projeto Projeto Este Rio é Minha Escola, de educação ambiental para jovens, igualmente financiado pelo Programa Criança Esperança.

Proposta de Reserva da Biosfera para o Marajó (2009 – 2012)

O Programa Viva Marajó tinha como principal meta o apoio ao Governo do Estado do Pará para a proposição da Reserva da Biosfera do Marajó. O Peabiru, com o apoio de especialistas, preparou um dossiê para a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera, de âmbito federal, porém, com a mudança da gestão estadual em função das eleições, o projeto foi suspenso. No âmbito deste trabalho o Peabiru também elaborou um Mapa Fundiário do Marajó, alertando sobre a insegurança fundiária que assola 75% do Marajó,

comprometendo a vida de mais de 50 mil famílias do meio rural, além de demonstrar falta de coordenação entre políticas públicas federais e estaduais, ao constatar a superposição de assentamentos federais a unidade de conservação estadual (Parque do Charapucu).

Marajó Viva Pesca (2013 – 2015)

Projeto vencedor de edital Petrobras Ambiental, apoiou o estabelecimento de acordos de pesca comunitários, envolvendo dezenove associações locais, com cerca de mil e quinhentos ribeirinhos, no Rio Canaticu, em Curralinho, Marajó, resultando em acordo e Instrução Normativa específica publicada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO).

4.3. Outras ações

Mencione-se, ainda, que o Instituto Peabiru foi convidado pela Conservação Internacional a realizar diferentes estudos sobre abelhas sem ferrão em reservas indígenas em Paragominas, bem como estudos sobre atividades sustentáveis na Floresta Nacional do Amapá. Para a The Nature Conservancy realizou estudos sobre abelhas sem ferrão no Oiapoque.

5. Outras ações

Há diferentes ações que estão alinhadas aos princípios da organização como um todo e não diretamente ligados aos quatro eixos apresentados. Há questões relacionadas ao direito sobre a terra, para povos tradicionais, questões culturais e de apoio institucional a iniciativas relevantes na agenda socioambiental.

Incubação de organizações locais

O Peabiru apoia diferentes organizações no seu processo de mobilização e gestão de recursos para suas ações. Entre estas organizações, além do apoio mencionado ao MMIB, em Cotijuba, destacam-se o Laboratório da Cidade, em atividades relacionadas ao planejamento urbano em Belém, financiado pela FioCruz e pelo Fundo Casa; e de fortalecimento de movimento sociocultural promovido pelo Cineclube Terra Firme no Bairro da Terra Firme, em Belém, financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Circular Cidade Velha – Campina (2018 – atual)

O Instituto Peabiru participa do Projeto Circular, em sua pretensão de revalorizar o centro histórico de Belém por meio do estímulo a visitas de espaços culturais nos bairros da Campina, Cidade Velha e Reduto. O Instituto participa das edições desde 2018 e organizou diversas atividades em sua sede, abrindo as portas da Lojinha do Peabiru no bairro do Reduto, para receber o público que circula entre a região visitando este e outros espaços, coletivos e empreendimentos culturais da área. As atividades promovidas pelo Peabiru compreendem oficinas, rodas de debate e atividades culturais, com atrações musicais e outras apresentações.

Coletivo Cine Clube da Terra Firme participa das ações do Peabiru no Circuito Circular, Belém, PA, em 2019. Foto: Cláudio Ferreira/Circular/Divulgação.

IV. Parcerias, recursos e redes

Trabalhar em parceria é essencial para a abordagem do Instituto Peabiru. Na implementação dos programas e outras atividades, desenvolvemos parcerias com as comunidades locais, o setor privado, outras organizações da sociedade civil e as instituições de ensino e pesquisa. Entre os principais parceiros atuais estão:

Parcerias no terceiro setor – ECAM, Envolverde, IDESAM e Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade (IDEAAS) e Instituto Ethos;

Parcerias no ensino e pesquisa científica – Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Estadual do Pará (UEPA, Campus Salvaterra), Universidade Federal do Pará (UFPA) – NAEA, NUMA, e Campus Bragança, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Departamento de Administração da UNAMA, e International Social Studies (ISS), da Erasmus University, Holanda.

Parcerias com Organizações comunitárias – No Pará, com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Pará (Malungu), No Marajó: a rede Colegiado Territorial do Marajó (CODETEM); em Curralinho: Cooperativa Sementes do Marajó, Lupa Marajó; em Ponta de Pedras: Associação Dalcídio Jurandir, em Salvaterra: COOPEMAFLIMA (Joanes) e associações quilombolas. No Nordeste Paraense: Associação Erva Vida (Marudá). Na Região Metropolitana de Belém: o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), de Cotijuba. No Nordeste Paraense: Associação Quilombola África e Laranjituba (Mojú). Há, ainda, diferentes associações, colônias de pesca e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Fontes de recursos

Na última década, os recursos financeiros advieram de 9 naturezas de fontes distintas, e aqui, entre parênteses, são apresentadas as principais fontes de recursos de 2016-2020:

a) Doação de indivíduos: através de campanhas de *crowdfunding* (financiamento pessoal); e outros.

b) Doações e patrocínios de empresas, seus institutos e fundações: Agropalma, Akzo Nobel (Tintas Coral), Assaí (Grupo GPA), Banco da Amazônia, Banpará, Bndes (Programa Benfeitoria), Biofílica, Biopalma, Denpasa, Grupo

Equatorial (Celpa), Imerys Caulim, Instituto Dreyfus, Philips, Samsung e Suzano Papel e Celulose;

c) Serviços para empresas: Cargill, Dreyfus (LDC), Guamá Resíduos (Grupo Solvi), Hydro, Suzano Papel e Celulose entre outros;

d) Editais públicos de organizações privadas: Instituto Renner;

e) Convênios ou serviços com organismos públicos: FioCruz; Governo do Estado do Pará (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SUSIPE), Programa PROPAZ); INCRA (ATER em dois convênios); Programa Trabalho Seguro (TRT-8), SERPRO;

f) Editais públicos de instituições e empresas públicas: BNDES/Fundo Amazônia, Fundação Banco do Brasil, Petrobras (Programa Socioambiental);

g) Editais públicos de cooperação internacional: PNUD, UNESCO – Criança Esperança, em parceria com Rede Globo;

h) Convênios com a cooperação internacional: UNICEF (diferentes contratos); Convênio USAID & CIAT, gerenciado pela ECAM e contratado o Peabiru, e

i) Convênios com organizações sem fins lucrativos: AVINA, ECAM (em parceria USAID e CIAT), IDEAAS e IEB (Fundo Socioambiental Caixa).

j) Prêmios: Fundação Boticário

Redes em que participa

O Instituto Peabiru participa de diferentes redes e alianças, conforme seu envolvimento nas linhas programáticas. Atualmente, destacam-se:

Aliança pela Restauração Florestal na Amazônia;

Circular Campina-Cidade Velha (Belém);

Fórum Amazônia Sustentável;

Fórum Estadual de Combate aos Impactos causados pelo Agrotóxico (Pará);

Câmara Técnica Permanente das Espécies Ameaçadas do Estado do Pará (IDEFLORBIO – Pará), entre outras.

V. Governança e demonstrativos financeiros

Governança

O Instituto Peabiru tem seu órgão máximo de decisão sua Assembleia Geral, atualmente com dezenove associados, pessoas físicas. Esta Assembleia elege um conselho diretor, composto por três membros, e um conselho fiscal de três membros titulares e suplentes.

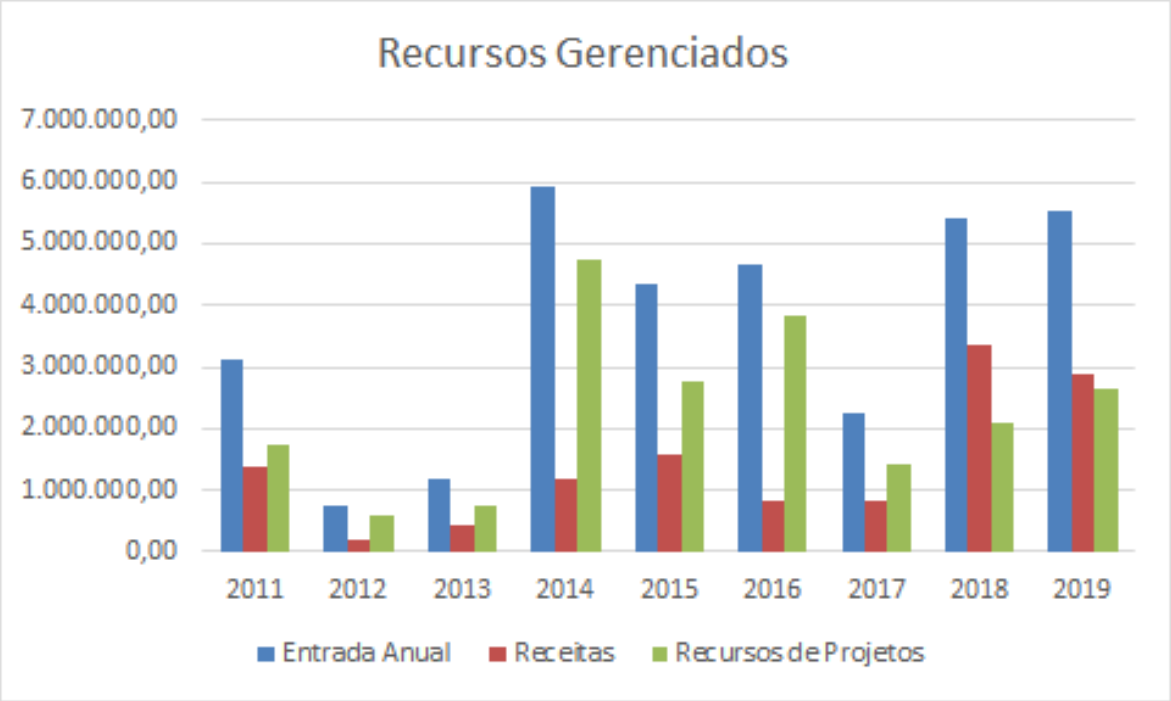
Colaboram na entidade cerca de trinta pessoas, entre funcionários, consultores, prestadores de serviços e estagiários. Um conselho Consultivo orienta ações e conduz discussões sobre temas específicos.

Indicadores contábeis

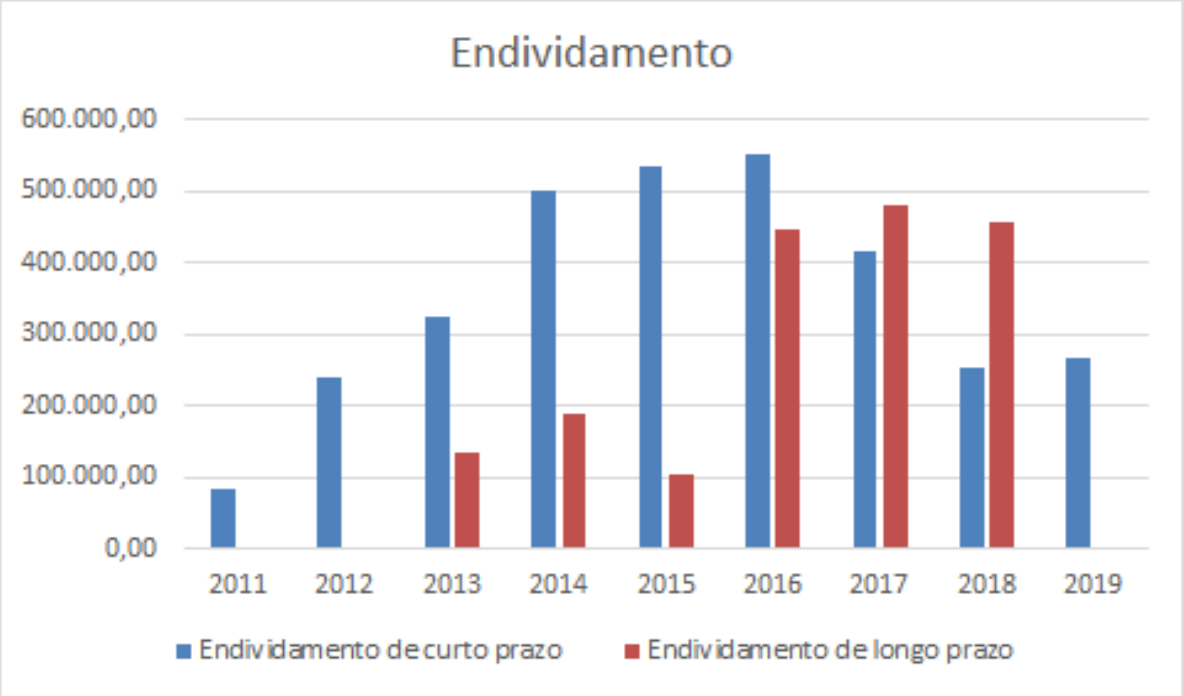
O Instituto Peabiru buscar a cada ano aprimorar a apresentação pública de seus resultados, bem como as ferramentas de contabilidade relevantes para o reporte transparente de suas ações. Nesse sentido, desde 2015 o Peabiru conta com auditoria externa dos seus informes contábeis, publicando estes dados em seu website conforme disponibilizados.

→ Acesse os Demonstrativos contábeis e Balanços Patrimoniais do Instituto Peabiru na área de Documentos do website neste link.

Para o ano de 2019, o Peabiru gerenciou um montante de R$5.5 milhões. Destes valores, 49% estão ligadas a recursos de projetos (contratos de parceria, convênios e doações), como é o caso do convênio com Unicef. Neste ano, os demais 51% relacionam-se a receitas (captação de receitas para financiamento de projetos internos), como Ativa Barcarena e ações do Programa de Abelhas da Amazônia. Abaixo encontra-se gráfico dos recursos gerenciados nos últimos nove anos:



O Instituto adota medidas permanentes de controle de suas despesas operacionais para a manutenção de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Em 2019, o endividamento de longo prazo do Peabiru contraído após um período de dificuldades em função da inadimplência do INCRA, foi zerado, conforme quadro a seguir. O endividamento de curto prazo refere-se a despesas correntes, com prestadores de serviços, salários, aluguel e outros.



VI. A abordagem do Instituto Peabiru

Na visão do Instituto Peabiru, há necessidade de mudanças imediatas no paradigma atual de desenvolvimento para a Amazônia. Um modelo sustentável deve se basear na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, na priorização de cadeias de valor de baixo impacto socioambiental, no desmatamento zero, no respeito aos direitos básicos de povos e comunidades tradicionais, na efetiva participação dos diferentes grupos sociais na tomada de decisão acerca de suas vidas e no combate às desigualdades socioeconômicas. O acesso, o uso e o manejo de seus recursos representam um modelo de baixo impacto e alta capacidade de inclusão e conservação.

Como organização, o Instituto Peabiru valoriza a equidade e a diversidade social e ambiental. Vê-se como facilitador de processos de desenvolvimento socioambiental, seja para comunidades, organizações da sociedade civil ou empresas. O Peabiru atua por meio de processos participativos de pesquisa, reflexão e tomada de decisão – *pesquisa-ação* –, respeitando o *tempo* dos diferentes grupos sociais e comunidades.

Atividade do projeto Viva Pesca com comunidades marajoaras.
Foto: Acervo Instituto Peabiru.

É parte da abordagem de intervenção do Instituto Peabiru, em seus diversos projetos ao longo de mais de vinte anos, o uso de metodologias que facilitem diálogos locais. Nesse sentido, um diferencial do Instituto Peabiru é a sua significativa experiência em processos de mobilização social e engajamento de atores locais – jovens, mulheres, homens, produtores, lideranças etc. – para a efetiva participação na tomada de decisões sobre os seus territórios, especialmente em questões que apresentam impacto significativo em seu meio de vida e em seu acesso aos recursos naturais.

Assim, o principal objetivo de nossa metodologia é contribuir de forma prática para o fortalecimento das comunidades, para que estas alcancem melhor qualidade de vida e participem ativamente da governança territorial. Entre as finalidades deste processo estão:

a) Estimular a autorreflexão dos grupos sociais para a percepção das limitações de suas vidas;

b) Desenvolver o potencial de solidariedade do grupo para enfrentar os problemas socioprodutivos e, assim, alcançar mudanças sociais;

c) Valorizar o uso sustentável de recursos naturais e desenvolver ativos territoriais, a partir de recursos endógenos do local;

d) Construir indicadores de sustentabilidade que permitam medir e refletir sobre os seus processos socioeconômicos, intervenções no meio ambiente e no acesso a recursos naturais.

Dimensões centrais

Nossa abordagem considera cinco dimensões centrais:

1. **Econômica**: a habilidade de gerar renda, de proporcionar produtos e serviços para o consumo local, garantindo-se a segurança alimentar, hídrica e energética, o bem-estar material e a posição social;

2. **Humana**: espaço para o fortalecimento das capacidades individuais, permitindo uma vida plena e feliz, capaz de se posicionar em seu meio;

3. **Social (Cidadania)**: habilidade para indivíduos e grupos negociarem e terem voz para influenciar as políticas (públicas e privadas) e processos locais;

4. **Cultural**: unir a cultura aos demais processos socioeconômicos, com clara e efetiva valorização da própria cultura, tanto material como imaterial;
5. **Ambiental**: habilidade para uso e manejo dos recursos naturais valorizando a biodiversidade e sua integração com a cultura local.

Entendemos que a transformação social implica na coparticipação de diferentes atores sociais envolvidos, atuando como protagonistas em um processo de transformação social e replicando uma concepção de mundo com relações mais justas de trabalho e com uma lógica de mercado mais solidária.

O trabalho com os diferentes grupos sociais busca, inicialmente, conhecer e apropriar-se do contexto no qual estes se encontram inseridos, identificar as situações que exigem intervenção dos grupos e estudar e propor as alternativas para a sua superação. Para este fim, adota-se a mediação e o ato comunicativo no processo de acompanhamento dos diversos atores. Metodologias participativas embasam a abordagem do Instituto Peabiru ao longo dos anos, referenciadas no arcabouço teórico da *pesquisação* que procura conhecer e intervir em uma realidade, porém de forma conjunta entre proponente e beneficiário das propostas (THIOLLENT, 1988).

Perspectiva de gênero e juventude

Para garantir a efetiva participação de mulheres e jovens em nossas atividades, sempre que oportuno, grupos focais são formados para discutir as temáticas específicas destes grupos ou, simplesmente, as perspectivas deste grupo para que sejam tratadas pelo conjunto de atores.

Nossa experiência indica, ainda, que os jovens pouco se manifestam e, muitas vezes, se afastam, se não forem tratados como um ou mais grupos distintos em sua maneira de ser, agir e compreender a realidade. É preciso, na linguagem do jovem, no seu tempo, e de sua maneira, construir um novo quadro referencial, que permita, a partir de uma discussão conjunta, ser incorporado ao grupo maior da sociedade local. Afinal, em alguns anos serão estes jovens que irão assumir o papel de provedores econômicos, de pais e mães, além de outros papéis sociais de liderança.

É importante, nos diferentes espaços do tecido social, propiciar um lugar formal para as discussões sobre as questões de gênero, para reconhecer e evitar violências, garantir visibilidade e representatividade, permitir escolhas para que as mulheres ocupem equitativamente diretorias em associações, sindicatos, grêmios e outras formas de organização social, e possam

protagonizar decisões nas múltiplas esferas da vida, sejam elas políticas, culturais, econômicas ou sociais.

Também é preciso haver espaço para as diferentes identidades de gênero e de orientações sexuais, da maneira como estas se apresentam e buscam o seu espaço de voz.

Apesar da participação da mulher na produção da agricultura familiar ser bem definida, muitas vezes há desigualdade no controle sobre os diferentes recursos financeiros, assim como o acesso à terra e a outros recursos naturais. Em muitos casos, esta questão é pouco perceptível pelo grupo social e, para ser colocada na mesa de diálogo, exige estratégias específicas que evitem o conflito e a polarização, ou evitem que o tema seja tratado de forma pouco séria perigando levar a ainda mais exclusão. Em muitos casos, especialmente em comunidades com tradições arraigadas, o papel da mulher, e do jovem, é relegado a um segundo plano, e este fator precisa ser, pelo menos, discutido, para que se busquem caminhos para a superação destas desigualdades.

O Instituto Peabiru entende que, para além das dificuldades frequentes no trabalho em áreas rurais, se coloca como questão a própria participação de mulheres em eventos de discussão comunitária pois, usualmente, estão envolvidas em múltiplas atividades domésticas e de cuidado, especialmente de filhos e idosos. Para garantir a sua plena participação nos momentos de discussão, um espaço estruturado para as crianças é preparado. Esse espaço funciona também como uma oportunidade para as crianças apresentarem, através de atividades lúdicas, um pouco sobre como percebem o seu universo, bem como para desenvolverem a sua criatividade.

Engajamento do setor privado

O Peabiru acredita fortemente em parcerias entre o setor privado e os diferentes órgãos públicos locais, regionais e nacionais. Reconhecemos que organizações privadas de grande porte exercem um papel de grande influência e impacto nos territórios – movimentando recursos, empregando grande contingente formal de mão de obra, e comprando serviços e produtos da região. Isto ocorre tanto no processo de implantação, conhecido como "grandes obras", como de operação, que é de longo prazo. A conciliação com a agenda local, como a manutenção da sociobiodiversidade, a cultura dos povos e comunidades tradicionais, principalmente em regiões onde há Áreas Protegidas e assentamentos é sempre um desafio.

Gestão do conhecimento e transparência

Registrar e sistematizar informações, estruturar indicadores e monitorá-los são atividades rotineiras e inerentes aos projetos, e se constituem como parte essencial de nossa atuação, na medida em que os processos de implementação e de *accountability* são tão importantes quanto os resultados e impactos.

Fim do documento